

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ELLEN CHRISTINA DO CANTO ANDRINO

O MOVIMENTO PELA INDEPENDÊNCIA NA ESCÓCIA:
ESTUDO DO CASO NO PERÍODO DE 2007 A 2014

PORTO ALEGRE – RS

2014

ELLEN CHRISTINA DO CANTO ANDRINO

**O MOVIMENTO PELA INDEPENDÊNCIA NA ESCÓCIA:
ESTUDO DO CASO NO PERÍODO DE 2007 A 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sonia Ranincheski.

PORTO ALEGRE – RS

2014

ELLEN CHRISTINA DO CANTO ANDRINO

O MOVIMENTO PELA INDEPENDÊNCIA NA ESCÓCIA:

ESTUDO DO CASO NO PERÍODO DE 2007 A 2014

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sonia Ranincheski.

Aprovado em: Porto Alegre, 18 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.a. Dra. Sonia Ranincheski – Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf Gonzalez

UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me dar força, coragem e proteção.

À minha família e namorado, pelo amor e apoio incondicional.

Ao meu país, por ter investido em minha educação nos últimos doze anos.

Aos professores e colegas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que tornaram este processo de formação bastante enriquecedor.

E à minha orientadora, Dra. Sonia Ranincheski, pela dedicação e incentivo durante o desenvolvimento deste trabalho.

Dedico este trabalho aos meus queridos familiares, por todo carinho e dedicação que me deram condições de completar esta importante etapa da minha vida. Especialmente a minha mãe, Lúcia, e aos meus avós, Judith e Josué.

E ao Bruno, por seu amor e companheirismo, em momentos felizes e difíceis durante esta trajetória e por sempre apoiar a realização dos meus sonhos.

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”

Mahatma Gandhi

RESUMO

Este trabalho estuda o movimento pela independência na Escócia a partir da entrada do Partido Nacional Escocês no Parlamento, no ano de 2007, até o ano em que é decidido o rumo desta nação, em 2014. A Escócia, uma das nações que compõe o Reino Unido, decide uma importante questão sobre a sua história: se deve ou não se tornar um país independente, determinado através de um referendo. O evento foi o maior dos últimos anos para o Reino Unido, sendo debatido ao redor do mundo nos meios de comunicação, nas comunidades, nas instituições acadêmicas e nas sociedades desde o anúncio de sua aprovação no Parlamento. A possibilidade do país se tornar um Estado independente configura um cenário de mudanças que envolvem questões nacionais de caráter político, econômico e sociocultural, como a inclusão na União Europeia, o repartimento das reservas de petróleo, que estão localizadas no mar que banha a costa escocesa, e quanto ao uso da Libra Esterlina como moeda oficial na Escócia. Para a elaboração deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, assim como publicações em periódicos nacionais e internacionais das áreas que abrangem as relações internacionais.

Palavras-chave: Nacionalismo. Separatismo. Referendo Escocês. Escócia. Reino Unido.

ABSTRACT

This work studies the independence movement in Scotland since the Scottish National Party's entry in the Parliament in 2007, until the year in which this nation's course is decided in 2014. Scotland, one of the United Kingdom's countries, decides an important question about its history: if it becomes or not an independent country, which will be determined by a referendum. This event was the biggest in recent years for the United Kingdom, which has been debated all around the world, in media, communities, academic institutions and societies since the Parliament's approval announcement. The possibility of Scotland becoming an independent country provides a scenario of changes involving national issues of political, economic and socio-cultural affairs, as the inclusion in the European Union, the break-down of oil reserves, which are located at the Scotland's seacoast, and the use of the British Pound as the Scottish official currency. For the preparation of this study, a bibliographical and documentary research was conducted, as well as publications in national and international journals covering the international relations areas.

Keywords: Nationalism. Separatism. Scotland's Referendum. Scotland. United Kingdom.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Escócia.....	58
Figura 2 – Bandeira do Reino Unido.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportações da Escócia (2012).....	38
Gráfico 2 – Receitas de Petróleo no Reino Unido.....	40
Gráfico 3 – Comparação do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> entre Reino Unido e Escócia.....	41
Gráfico 4 – Resultado do Referendo Escocês (2014).....	42

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1 Características do Movimento.....	14
1.1 A Questão Nacional.....	15
1.2 Retrospecto Histórico.....	17
1.2.1 A União de Dois Reinos.....	19
1.2.2 Histórico do Referendo.....	20
1.2.3 Acordos com o Reino Unido.....	24
2 Reivindicações das Partes Envolvidas.....	27
2.1 Aspectos Políticos.....	29
2.1.1 União Europeia.....	30
2.1.2 Defesa e Relações Exteriores.....	32
2.2 Aspectos Econômicos.....	34
2.2.1 Moeda.....	35
2.2.2 Comércio.....	36
2.2.3 Reservas Petrolíferas.....	39
3 O Cenário Pós-referendo.....	42
3.1 Impactos no Reino Unido.....	44
3.2 Impactos Internacionais.....	47
Conclusão.....	50
Referências Bibliográficas.....	53
Anexos.....	58

INTRODUÇÃO

No ano de 2014, um importante acontecimento influencia o destino do Reino Unido. Reconhecido internacionalmente por sua força econômica, política e militar, o país atravessa um determinante capítulo na sua história: trata-se do referendo sobre a independência da Escócia, uma iniciativa do Partido Nacional Escocês para decidir se a região continuará sendo parte do Reino Unido. O anseio por se tornar um país independente está presente desde o início do acordo de união e, em sua história recente, a partir da década de 60 do século passado, o movimento ganhou força quando foram descobertas reservas de petróleo na costa escocesa. Desde então, o movimento pela independência na Escócia vem crescendo e ampliando o debate sobre as regiões que buscam maior autonomia, uma vez que estas ganham cada vez mais notoriedade devido aos diversos movimentos separatistas que têm ocorrido no mundo.

O caso escocês, juntamente com estas demais manifestações, apresenta a vulnerabilidade de diversos países diante das questões nacionais, assim como a consequente desestabilização de seus *status quo* político e econômico, afetando não só o próprio país em que o evento ocorre, como também outros movimentos de natureza semelhante, posto o interesse de atores relevantes no sistema internacional, como a União Europeia. Diante destes acontecimentos, o estudo de movimentos separatistas torna-se essencial para a compreensão do complexo dinamismo das relações internacionais contemporâneas.

O presente trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo de caso sobre o movimento pela independência na Escócia no período de 2007 a 2014, respectivamente, a partir do ano em que Alex Salmond, líder do movimento pela soberania escocesa, é eleito primeiro ministro e o Partido Nacional Escocês projeta-se como o mais votado na Escócia, até o ano no qual o referendo é realizado. O estudo propõe, primeiramente, uma análise sobre os conjuntos de fatores econômicos, políticos e sociais que caracterizam a realidade da Escócia e do Reino Unido, após são apresentadas as principais considerações das partes envolvidas no movimento, suas motivações e entraves, assim como os impactos internos e externos desta iniciativa.

A escolha deste tema tem o propósito de complementar o debate sobre os movimentos por total autonomia, procurando ampliar o conhecimento em um evento pouco trabalhado nos meios acadêmicos brasileiros, sendo, naturalmente, a maior parte dos trabalhos realizados pelos britânicos, o que traz uma visão influenciada por suas próprias experiências. Assim, ao longo deste trabalho, serão apresentadas teorias e definições já elaboradas a cerca desta questão e, com base nisso, a realização de uma abordagem neutra em relação às partes envolvidas nas manifestações.

Para a elaboração deste trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, como discursos de autoridades chave neste processo, a abordagem de documentos oficiais emitidos pelos parlamentos britânico e escocês no período de 2007 a 2014, livros de autores renomados, estudos acadêmicos, como teses e dissertações, e publicações em periódicos nacionais e internacionais das áreas que abrangem as relações internacionais. Também serão utilizados na pesquisa notícias de revistas e jornais, impressos e digitais, devido a crescente repercussão dos movimentos separatistas e as questões que o envolvem.

No primeiro capítulo, serão apresentadas as características do movimento escocês, expondo a questão nacional sob a ótica de diferentes abordagens, ao mesmo tempo em que é apresentada uma breve retrospectiva histórica dos principais eventos que marcaram os conflitos de interesses entre a Escócia e o Reino Unido, assim como o processo até o estabelecimento do referendo de 2014. No segundo capítulo, serão expostos os eixos do debate, apresentando as reivindicações e motivações políticas e econômicas de ambos os lados, com base nos argumentos utilizados pelos seus respectivos governos. No terceiro capítulo, será apresentado o período que sucede a realização do referendo, o que compreende os impactos internos e externos do movimento. Por fim, a conclusão resume as ideias do trabalho, esclarecendo os principais fatores que tornaram real o referendo pela independência da Escócia e um dos movimentos por independência mais avançado atualmente no continente europeu.

1 CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO

No decorrer da história mundial, o sistema internacional caracterizou-se por ter sido palco de diversos conflitos geopolíticos. Atualmente, próximo de completar um século desde o início da Primeira Guerra Mundial, o debate da questão nacional reascende com os movimentos de regiões em busca de autonomia. Os chamados movimentos separatistas, majoritariamente buscando uma independência parcial ou total do país o qual faz parte, caracterizam-se por possuir um conjunto de ideais nacionalistas a fim de reivindicar seus direitos sobre importantes questões que envolvem a sua região.

Estes movimentos ganham cada vez mais destaque especialmente no continente europeu. Regiões, que até então não despertavam atenção nas estratégias dos influentes atores da política mundial, adquiriram uma significativa relevância nos últimos anos. Uma série de referendos, um instrumento político pelo qual os eleitores podem expressar a sua posição em relação a um projeto de lei ou ao seu governo, sobre a autodeterminação de diversos territórios aparece com grande força na atual conjuntura internacional, consideravelmente em países da União Europeia, como o Reino Unido, com a Escócia, a Espanha, com a Catalunha, a Bélgica, com a província de Flandres, e a Itália, com a região de Vêneto, e em demais continentes, como a província canadense de Quebec que deseja tornar-se o mais novo país norte-americano, compondo um cenário de intenso debate sobre a ascendência de novos Estados-nações.

A iniciativa do referendo pela independência escocesa é um dos processos que atingiu o patamar mais elevado entre as muitas ações nacionalistas que se encontram neste momento em curso no continente europeu, sendo utilizado como um modelo para o avanço no processo dos demais. Atualmente, o debate sobre a questão nacional tem sido bastante utilizado para compreender o crescimento de movimentos separatistas em lugares que possuem uma demanda histórica por maior autonomia amparada em questões políticas, sociais e culturais.

Assim, para melhor compreendermos o caso escocês, serão apresentadas as características deste movimento, primeiramente, a partir do debate relativo à questão nacional sob diferentes abordagens e, em seguida, a partir de um retrospecto histórico do movimento, desde a união do Reino da Escócia com o Reino

Unido até os recentes acordos entre ambos, essencial para tornar o referendo realidade.

1.1 A QUESTÃO NACIONAL

O debate da questão nacional intensifica-se especialmente a partir da década de 1960, quando as economias nacionais se submetem a uma nova divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, à criação de organizações supranacionais acima dos governos. A nação e o nacionalismo¹, aparentemente em segundo plano diante da nova ordem mundial, configuraram o ressurgimento dos conflitos nacionais em busca de autonomia.

Nação é um conceito que possui diversos significados, podendo ser interpretado de diferentes maneiras, dependendo do autor utilizado. Em sua explicação mais conhecida, nação é definida como a comunidade natural de homens, reunidos num mesmo território, possuindo em comum a origem, os costumes e a língua, e conscientes desses fatos. Tal definição², que sintetiza o consenso da maioria dos especialistas, engloba os elementos essenciais para a constituição da nacionalidade: tradição comum de cultura, origem e raça, e a consciência do grupo humano de que esses elementos comunitários estão presentes. Em sua definição, ainda destaca-se um segundo fator fundamental para a existência da nação: o que une seus membros, mais do que a identidade de idioma ou a convivência em um mesmo território, é o vínculo puramente moral ou psicológico representado por um destino comum, forjados nas gestas históricas da formação da nacionalidade. Todos os homens pertencentes ao grupo estão unidos não apenas porque seus antepassados o estiveram, mas porque querem assim permanecer no presente, tendo em vista atingir objetivos comuns no futuro.

O conceito de nação não esteve presente em todos os momentos históricos: sua definição é relativamente recente. Inicialmente, seu significado era essencialmente político, caracterizando um corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política.

¹O nacionalismo aqui apresentado define-se como um sentimento de íntima vinculação por parte de um grupo humano ao núcleo nacional da coletividade a que pertence. Fonte: Encyclopaedia Britannica do Brasil (1983, vol.15).

² Enciclopédia Mirador Internacional (1983:7995).

Segundo o Dicionário de Política³, a referência à nação foi, no decorrer da Revolução Francesa e, mais tarde, desde meados do século XIX até nossos dias, um dos fatores mais importantes no condicionamento do comportamento humano na história política e social.

Na obra de Hobsbawm, *Nações e Nacionalismo*, uma nação não pode ser definida como uma entidade social originária ou imutável, assim como as nações e seus fenômenos associados devem ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas, entre outras exigências⁴. O desenvolvimento de nações e nacionalismos em Estados longamente estabelecidos, como o Reino Unido, atualmente chamam a atenção. Hobsbawm (1990) também menciona o desenvolvimento recente no estudo de movimentos nacionalistas que aspiram a ser Estados, seguindo estudos comparativos de Miroslav Hroch⁵ sobre os movimentos nacionais europeus, o qual pontua que a “consciência nacional” se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país.

Sendo assim, o conceito de comunidade de cidadãos de um Estado vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo, não deve ser tão rígido, visto a complexidade de variáveis que atualmente constituem uma nação. Como Bobbio destaca “A função da ideia de Nação, como vimos, é a de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado”⁶.

Desse modo, depreende-se que as motivações que intensificam o sentimento nacionalista, juntamente com o descontentamento em pertencer a determinado grupo, originando os movimentos separatistas, são consequência de um conjunto de fatores que não satisfaz as vontades do todo. Haveria, também, uma relação de identidade e uma política identitária. Onde determinados grupos acreditam que a integração com os conjuntos dominantes comprometem a sua identidade e capacidade de perseguir a autodeterminação.

³ Dicionário de Política I (BOBBIO, 1978:795).

⁴ *Nações e Nacionalismo* (HOBSBAWM, 1990:19-21).

⁵ Autor da obra “*Social Preconditions of National Revival in Europe*” (Cambridge, 1985), a qual, segundo Hobsbawm, abriu uma nova era para a análise da composição dos movimentos de libertação nacionais.

⁶ Dicionário de Política I (BOBBIO, 1978:797).

Para este trabalho, nação será entendida como um conjunto de habitantes de um território, ligados por tradições e lembranças históricas, interesses e aspirações comuns, subordinadas a um poder político central que mantém a unidade do grupo. Nesse sentido, a nação gera uma identidade nacional que, em grande parte, não é a única dentro de um país, implicando em diversas objeções internas e externas.

Portanto, com o objetivo de melhor entender as mudanças que ocorrem no cenário internacional ao longo dos últimos anos, será apresentado um breve histórico do movimento pela independência na Escócia, abordando seus esforços separatistas e contextualizando o movimento escocês como um modelo que influencia o desencadeamento deste processo em demais regiões que buscam autonomia.

1.2 RETROSPECTO HISTÓRICO

Há mais de 300 anos, a Escócia é uma das nações que compõe o Reino Unido, juntamente com a Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales. Seu território integra a parte setentrional da ilha da Grã-Bretanha e inclui mais de 790 ilhas, possui as maiores reservas de petróleo da União Europeia e sua capital, Edimburgo, é um dos maiores centros financeiros europeus. Atualmente, a Escócia vivencia um importante momento histórico: tornar-se o mais novo Estado europeu.

O anseio escocês para conquistar maior autonomia do Reino Unido já data meio século. No início da década de 60, foram descobertas substanciais reservas de petróleo e gás natural no Mar do Norte, em águas territoriais escocesas, o que de imediato motivou ideias separatistas. Em 1964, o Partido Nacional Escocês (SNP) desfraldou oficialmente a bandeira do separatismo, reclamando os direitos de produção, distribuição e lucros destas riquezas naturais serem unicamente de propriedade do governo escocês. No ano de 2007, com a entrada do Partido Nacional Escocês no Parlamento Escocês⁷ reascende o debate que questiona se a Escócia deveria tornar-se um Estado independente ou permanecer como parte integrante do Reino Unido. O resultado é a aprovação de um referendo sobre a independência, acordado entre os governos escocês e britânico, realizado em setembro de 2014.

⁷ Informalmente conhecido como *Holyrood*.

O caso do movimento escocês possui diferentes particularidades dos demais. Seus esforços separatistas encontram-se altamente formalizados, demonstrando estar à frente no processo de independência se comparado com as demais regiões que também anseiam por maior autonomia na atual conjuntura. O movimento escocês tem sido um importante instrumento para estas regiões no continente europeu, utilizado como um modelo para fortalecer seus próprios esforços independentistas. Deste modo, a possibilidade de ocorrer a fragmentação de alguns Estados europeus torna-se cada vez mais próxima da realidade.

Segundo Keating (1996), a ascensão do movimento nacionalista na Escócia, assim como na Catalunha, embora tenha tido suas raízes em uma longa tradição de lutas pela sobrevivência em um ambiente às vezes hostil, se explica em primeiro lugar por dois fenômenos contemporâneos: primeiro, o declínio da legitimidade dos Estados centrais, na interpretação do autor, agora incapazes de reagir a novos problemas sociopolíticos e, segundo, a reconfiguração do espaço político que a reintegração continental e a globalização teriam desencadeado.

Esta crise de representação política está bastante ligada na forma como é conduzida a economia. Tanto as pequenas províncias quanto os Estados mais prósperos não desejam que seus recursos sejam alocados em uma região que não a sua. Além disso, a globalização das trocas econômicas e a intensificação do livre comércio têm reduzido à dependência do governo central. Conforme afirma Turgeon (2003), em função do Estado, de maneira geral, não garantir uma regulamentação adequada de fluxos econômicos, a Escócia busca uma negociação dos termos de sua participação no âmbito multinacional ambicionando as condições de fazer frente aos novos desafios que emergem da interdependência crescente das regiões do globo.

Nesse sentido, Keating (1996) afirma que essa nova realidade dá um novo sentido não apenas à ideia de nação, mas também ao projeto nacionalista. Tal fenômeno aceitaria os limites da soberania, procurando novos meios pelos quais a autonomia governamental poderia ser produtiva e um novo projeto que permitisse à afirmação nacional, dada a ausência do Estado-nação em sua concepção clássica.

De maneira geral, os movimentos pela independência têm crescido em lugares que possuem uma demanda histórica por maior autonomia amparada em questões políticas, sociais e culturais. As referidas regiões se tornaram um modelo de prosperidade em meio às crises atuais, sejam elas baseadas em questões

políticas ou econômicas, apoiando-se em suas riquezas regionais a fim de alimentar as perspectivas de um futuro mais próspero, como ocorre com a Escócia com a maior reserva de petróleo da União Europeia que se encontra em seus mares.

Para analisarmos a condição escocesa, deve-se compreender o histórico do movimento desde a comunhão da Escócia com o Reino Unido até o período atual. Para isso, serão apresentadas as particularidades da união dos reinos, do processo político que culminou na proposta de referendo e, finalizando este capítulo, os acordos com o Reino Unido que permitiram a realização do mesmo.

1.2.1 A UNIÃO DE DOIS REINOS

Há mais de 300 anos, a Escócia é uma das nações que compõe o Reino Unido, juntamente com a Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales. Como Hobsbawm destaca,

“No momento em que o Reino Unido foi constituído, Estados-nações multinacionais, multilíngues ou multiétnicos era algo prontamente aceito, pois havia muitas partes da Europa, assim como em outras regiões do mundo, onde as nacionalidades estavam tão obviamente misturadas no mesmo território que separá-las em bases puramente espaciais pareceria ser bastante irrealista” (HOBSEAWM, 1990:45).

Ao que se aplica aos escoceses como membros na nação britânica é que tal heterogeneidade nacional dos Estados-nações, sobretudo auxiliaria as nações pequenas a prosperarem integrando-se com nações maiores e fazendo, através destas, sua contribuição para a humanidade, o que de fato foi bem-sucedida. Entretanto, quanto mais a nação se quer una e indivisa, maior a probabilidade de sua heterogeneidade resultar em problemas futuros.

O Reino da Escócia e o Reino da Inglaterra eram países independentes até a Idade Média, porém uma longa tradição de conflitos de interesses definiria o destino dos dois países. No fim do século XIII e decorrer do século XIV, duas guerras⁸ pela autonomia escocesa foram travadas em diversos combates militares entre os dois reinos devido à invasão inglesa em território escocês em meio a uma grande crise nacional na Escócia. No final de ambas as guerras os escoceses foram bem-

⁸ A Primeira Guerra (1296-1328) e a Segunda Guerra (1332-1357) tiveram início com a invasão inglesa em território escocês.

sucedidos, tornando este período um dos momentos mais marcantes da história do país. A Escócia manteve a sua posição como nação independente até o momento em que as duas monarquias se uniram a partir da União das Coroas, quando o monarca James VI, rei da Escócia, também se tornou James I da Inglaterra, aderindo ao trono, sobretudo, para fins diplomáticos.

Contudo, foi no ano de 1707, a partir da formalização do acordo de união que formaria o Reino da Grã-Bretanha, os Atos de União, realizado com o consentimento de ambas as nações, ocorreu em um momento bastante oportuno: a Escócia vislumbrava a solução dos problemas econômicos causados pela falha tentativa de expandir o seu comércio a partir do Esquema Darién⁹ e, a Inglaterra, buscava assegurar a linha de sucessão Hanôver¹⁰, dessa forma, garantindo segurança econômica para os escoceses e as defesas que a Inglaterra buscava. Poucos anos depois, em 1801, o Reino da Grã-Bretanha uniu-se com o Reino da Irlanda, porém grande parte da Irlanda deixou a união para tornar-se um Estado Livre em 1922. Tornando-se, assim como conhecemos hoje, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

1.2.2 HISTÓRICO DO REFERENDO

O Reino Unido está, atualmente, entre as maiores economias do mundo (pelo PIB nominal) e possui um alto índice de desenvolvimento humano. A capital do país, Londres, também capital da Inglaterra, é uma importante cidade global¹¹ e é está entre os maiores, mais importantes e influentes centros financeiros do mundo. O país é regido por uma monarquia constitucional, que tem a rainha Elizabeth II como chefe de Estado desde 1952. Seu governo é administrado por um sistema parlamentar, que é dividido em duas casas: a Câmara dos Comuns, políticos eleitos, e a Câmara dos Lordes, políticos geralmente nomeados pela realeza. O primeiro-

⁴ Excluídos do comércio da Inglaterra com as colônias, o projeto de colonização denominado Esquema Darién foi uma tentativa mal sucedida do Reino da Escócia de se tornar uma nação reconhecida no comércio mundial, estabelecendo uma colônia chamada Caledônia no Golfo Darién (localizado no Panamá) no final da década de 1690.

⁵ A Inglaterra buscava assegurar o trono para a neta de James VI da Escócia e I da Inglaterra, Sophia de Hanover. Esta seria a linhagem mais nova entre a Dinastia Stuart, protestantes convictos. A chamada Lei de Compensação, ato do Parlamento Inglês para resolver a sucessão de coroas, aprovado em 1701, levou à união parlamentar dos países em 1707.

¹¹ Aqui entendida como uma cidade que tem efeito direto e tangível sobre assuntos globais através de meios socioeconômicos. Fonte: SASSEN, Saskia. *The global city: strategic site/ new frontier* (2000:79).

ministro britânico é responsável por comandar a Câmara dos Comuns, assim como exercer o poder executivo do país. O cargo é, desde 2010, ocupado pelo líder do partido conservador, David Cameron, sendo ele o chefe de governo do Reino Unido. Por convenção, a Rainha respeita as decisões do primeiro-ministro do governo, cabendo também salientar que todos os projetos de lei elaborados pelo Parlamento devem receber aprovação real antes de se tornar lei.

Além disso, o Reino Unido possui grande influência internacional devido a sua participação em diversas organizações internacionais, como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas desde 1946, estado-membro da União Europeia (EU) e da sua antecedente Comunidade Econômica Europeia (CEE), desde 1973, é também membro da Commonwealth (Comunidade das Nações), do Conselho da Europa, do G7, G8, G20, da OTAN, da Organização para a Cooperação Econômica e desenvolvimento (OCDE) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Embora seja um Estado soberano, um país, a Inglaterra, a Escócia, o País de Gales e a Irlanda do Norte também são considerados países, mesmo que não sejam independentemente Estados soberanos. Ainda que o Parlamento Britânico seja o principal responsável pelas decisões acerca do Reino Unido, a Escócia, País de Gales e a Irlanda do Norte possuem seus próprios governos, mas com poder limitado de autonomia. Ao longo do tempo, as relações entre estes países sofreram diversas alterações: o País de Gales foi anexado pela Inglaterra sob os Atos de União em 1536 e 1543, a Escócia e a Inglaterra uniram-se formando o Reino Unido da Grã-Bretanha em 1707 e, por fim, uniu-se com o Reino da Irlanda, em 1801. Estas uniões estão também representadas na bandeira do país (figura 2), conhecida como *Union Flag*.

A Escócia, um país pequeno, com uma área de aproximadamente 78,8 mil km², com pouco mais de cinco milhões de habitantes, representa cerca de 32% do território do Reino Unido. Sua capital, Edimburgo, é um dos maiores centros financeiros europeus, e Glasgow, maior cidade da região, já foi um dos principais centros de engenharia e construção do mundo durante a Revolução Industrial. As águas escocesas são parte de um grande setor do Atlântico Norte e do Mar do Norte, que contém as maiores reservas de petróleo da União Europeia, um dos principais motivos que motivaram a organização de um referendo. Assim como o Reino Unido, a cultura escocesa e suas contribuições intelectuais são conhecidas

em todo o globo, nas ciências econômicas, onde se destacam os trabalhos de Adam Smith¹², assim como na literatura, medicina, tecnologia e nas mais diversas áreas.

O referendo da Escócia não é o primeiro caso de manifestação pela independência no Reino Unido. No início da década de 1920, o grupo irlandês chamado IRA (Exército Republicano Irlandês) organizou diversas ações para reivindicar o fim da interferência britânica nos assuntos relacionados à Irlanda. Contudo, a região norte irlandesa não concordava com tal medida e o conflito ganhou uma abrangência política, contra a Grã-Bretanha, e religiosa, contra os irlandeses do norte. O resultado disso foi a separação de parte da Irlanda do restante do Reino Unido, em 1922. Este confronto, que parecia irresoluto, se estendeu durante o século XX e, somente nos anos 1990, com o processo de integração das economias europeias e com a instituição da União Europeia, estes movimentos foram enfraquecidos.

Nas últimas décadas, a maneira como é administrado o Reino Unido tem gerado um grande descontentamento em parte dos escoceses. No ano de 1934, foi formado o Partido Nacional Escocês (SNP¹³), o qual promove a campanha por uma Escócia mais autônoma sobre as questões que dizem respeito à região, na medida em que a população local demonstrava insatisfação com o governo britânico. Assim, seis anos depois, em 1940, um documento pedindo maior autonomia para a região, *The Scottish Covenant*, foi assinado por mais de dois milhões de pessoas. Tal documento, atualmente conhecido como Devolução da Escócia, só ganhou maior atenção no final da década de 1970 devido à pressão do Partido Nacional Escocês sobre o governo britânico. O pedido foi submetido a um referendo em 1979 e obteve resultado positivo, com 51,6% dos votos favoráveis à independência. Entretanto, como a participação era facultativa, o número de eleitores não foi o suficiente para a cláusula relativa à participação ser cumprida, de maneira que o resultado do referendo foi rejeitado pelo governo britânico.

No ano de 1997, uma nova tentativa de autonomia da região implicou em um segundo referendo, quando grande parte da população expressou seu apoio à formação de um parlamento próprio escocês. O sucesso do movimento foi um grande passo para a região, resultando na Lei da Escócia de 1998 e estabelecendo

¹² Os trabalhos de Adam Smith, realizados durante o iluminismo escocês do século XVIII, resultaram na obra *A Riqueza das Nações*, livro até hoje utilizado como referência no estudo do pensamento econômico.

¹³ Sigla do nome original, em inglês: *Scottish National Party*.

o novo Parlamento Escocês. Contudo, a criação de um parlamento próprio ainda não era satisfatória para grande parte dos escoceses e esta conquista ampliou ainda mais a demanda por autonomia na região. Foi então que, no ano de 2007, com o compromisso de realizar um novo referendo em 2010, o Partido Nacionalista Escocês tornou-se o maior partido no Parlamento Escocês, formando um governo liderado por Alex Salmond, um dos defensores mais destacado sobre a independência da Escócia.

No mesmo ano da eleição, é lançada uma ampla campanha denominada *National Conversation*, como um exercício de consulta à opinião da população escocesa sobre sua independência. O resultado dessa campanha foi a elaboração do Livro Branco, publicado no ano de 2010, conhecido como *Referendum Bill*. Neste documento estão detalhadas três possíveis propostas¹⁴:

1. A devolução total ou “devolução máxima”, sugerindo que o Parlamento Escocês deve ser responsável por todas as leis, impostos e taxas na Escócia, com exceção de defesa e assuntos externos, regulação financeira e política monetária, que seria mantida pelo governo britânico;
2. A reforma fiscal denominada *Calman Review*¹⁵, adquirindo poderes adicionais e responsabilidades de definição de uma taxa escocesa de imposto de renda, da taxa de imposto sobre a terra e no que diz respeito a outros impostos menores, com o acordo do Parlamento do Reino Unido;
3. A plena independência, afirmando a capacidade do Parlamento Escocês em converter a Escócia em um país que possui os direitos e responsabilidades de um Estado independente e soberano.

Contudo, os esforços separatistas não alcançaram o apoio esperado e o governo procedeu com a retirada do projeto de lei por não garantir a adesão da oposição no Parlamento Escocês.

No ano seguinte, em 2011, o SNP reinterou seu compromisso de realizar um referendo, publicando um manifesto sobre as eleições parlamentares. Dias antes da eleição, Alex Salmond, líder do partido, afirmou que a legislação de um referendo seria proposta na segunda metade do seu mandato no parlamento, já que não obteve sucesso com o *Referendum Bill* na sua primeira tentativa. Com este argumento, o partido nacionalista ganhou a maioria dos assentos no parlamento,

¹⁴ Tópicos retirados do documento *Scotland's Future: Draft Referendum Scotland Bill Consultation Paper*, 2010:12-14.

¹⁵ Estabelecido com o apoio de conservadores e liberal-democratas. Seus termos de referência foram “Para rever as disposições da Lei da Escócia de 1998, à luz da experiência e recomendar quaisquer alterações às presentes disposições constitucionais que permitam o Parlamento escocês a melhor servir o povo da Escócia, assim como rever a prestação de contas e continuar assegurando a posição da Escócia no Reino Unido”. (*The Commission on Scottish Devolution – The Calman Commission*, 2010:1).

adquirindo a autonomia de realizar um novo movimento sobre a independência, reiterando que seu principal objetivo era obter maior responsabilidade sobre os assuntos internos da Escócia ao mesmo tempo em que é estabelecida uma parceria com o Reino Unido em demais aspectos.

1.2.3 ACORDOS COM O REINO UNIDO

Em janeiro de 2012, o governo do Reino Unido ofereceu sua ajuda para legislar e coordenar, juntamente com o Parlamento Escocês, a realização de um referendo, diante de um acordo para que este seja justo, legal e decisivo. Aceita a oferta, o principal objetivo seria estabelecer termos de referência para o mesmo, tal como a sua pergunta, elegibilidade do eleitor e qual órgão seria o responsável por regular a votação. As negociações prosseguiram entre os dois governos até outubro de 2012, quando o Acordo de Edimburgo foi firmado entre as partes.

Um intenso debate ocorreu em torno da legalidade do referendo, principalmente quanto à questão sobre quem poderia exercer o voto. O termo do Projeto de Lei 2010¹⁶ determina os cidadãos que estariam aptos a participar do referendo, como consta no seguinte trecho do documento:

Poderão votar apenas os cidadãos que residem na Escócia, sendo eles: britânicos, pessoas dos outros 52 membros da Commonwealth, cidadãos dos 27 países da União Europeia, membros da Câmara dos Lordes, servidores das forças armadas que estejam a trabalho no Reino Unido ou no exterior ou que sirvam o governo de Sua Majestade; e os que estão registrados para votar na Escócia pelo menos há 15 anos.¹⁷

Os que discordavam deste Projeto de Lei defendiam o voto para os milhares de escoceses que não residem na Escócia, assim como aqueles que vivem em demais regiões do Reino Unido. A oposição do governo escocês argumentou que iria aumentar consideravelmente a complexidade do referendo, afirmando que há evidências no Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas de que outras nações podem questionar a legitimidade de um referendo se o direito de voto não é territorial. Assim também ocorreu na Câmara dos Lordes, onde a baronesa Symons contestou afirmando que todo o Reino Unido deveria ser autorizado a votar, com a

¹⁶ Tal projeto de lei consta no documento oficial de consulta *Scotland's Future: Draft Referendum (Scotland) Bill Consultation Paper*, 2010:23-26.

¹⁷ *Scotland's Future*, 2010:24.

justificativa de que isto afetaria todo o país. Estes argumentos foram rejeitados pelo governo britânico, assim como o advogado-geral da Escócia, Lord Wallace, rejeitou defendendo que “se a Escócia deve ou não deixar o Reino Unido é uma questão para a Escócia”¹⁸, da mesma forma que o referendo de 1973 na Irlanda do Norte instituiu que somente os residentes em determinada parte do Reino Unido poderiam votar sobre a sua soberania.

Estes debates levaram a questionar a legalidade do referendo. A questão principal era se o Parlamento escocês tinha o poder de legislar para um referendo relativo à independência da Escócia, já que a constituição é uma questão reservada para o Parlamento do Reino Unido. Entretanto, o governo da Escócia defendia que poderiam legislar sobre o referendo na medida em que seria um referendo consultivo sobre a extensão dos poderes do Parlamento escocês.

Legalmente, o Acordo de Edimburgo permitiu a transferência temporária de autoridade de direito. Em conformidade com tal acordo, o governo do Reino Unido concedeu ao Parlamento escocês os poderes necessários para manter, até 31 de dezembro de 2014, um referendo sobre a independência. De acordo com os poderes temporariamente transferidos ao governo da Escócia, o parlamento adotou a Lei de Independência Escocesa sobre o Referendo 2013, a qual estabelece as normas que regem sua realização.

O acordo firmado entre ambos os governos, do Reino Unido e da Escócia, ocorrido na capital desta última, Edimburgo, tratou sobre as condições de realização do referendo sobre a independência. No denominado Acordo de Edimburgo foi estabelecido que o plebiscito deve ter uma base legal clara; ser regulamentado pelo parlamento escocês; ser conduzido de forma a merecer a confiança dos parlamentos, governos e pessoas; e proporcionar um ensaio justo que expresse os pontos de vista das pessoas na Escócia, resultando em um movimento o qual todos irão respeitar¹⁹. Tal acordo foi efetivamente assinado pelos primeiros-ministros do Reino Unido e da Escócia, David Cameron e Alex Salmond, respectivamente, concordando em promover um Referendo sobre a Independência da Escócia no mês de setembro de 2014. Curiosamente, no ano escolhido, são completados 700 anos

¹⁸ Trecho da reportagem “*Scottish Independence: SNP dismisses ex-pat voting call*” (BBC UK, 2012:1).

¹⁹ Trecho do texto “Acordo de Edimburgo” (*The Independent*, 2012:1).

da primeira guerra travada entre Escócia e Inglaterra, a Batalha de Bannockburn, e ano no qual o país será sede dos Jogos da Commonwealth²⁰ e *Ryder Cup*²¹.

O documento de lei sobre o referendo de independência escocesa, o *Scottish Independence Referendum Act 2013*, foi validado pelo Parlamento escocês em junho de 2013 e recebeu a aprovação da realeza no mês de agosto do mesmo ano. Em novembro deste mesmo ano, o governo escocês procedeu com a elaboração de mais um documento sobre o referendo, o Futuro da Escócia (*Scotland's Future*), um Livro Branco sobre como seria o futuro da Escócia caso esta se tornasse independente e através de quais meios seria possível conquistar a sua autonomia do Reino Unido. As questões sobre as reivindicações do referido documento serão abordadas no capítulo seguinte.

²⁰ Com o nome oficial *XX Commonwealth Games*, este é um evento multi-esportivo no qual participam os membros da Commonwealth. Em 2014, serão 71 países participantes competindo em 18 modalidades diferentes, um dos maiores jogos da organização até o momento.

²¹ Campeonato mundial de golfe.

2 REIVINDICAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS

O dia 18 de setembro de 2014, data oficial do referendo, torna-se um marco na história da Escócia e do Reino Unido. A pergunta oficial “A Escócia deve se tornar um país independente?”²² leva milhares de pessoas às urnas para votar “sim, a Escócia deve se tornar um país independente” ou “não, a Escócia deve permanecer no Reino Unido”. A decisão afeta tanto o futuro de ambos, como se torna um modelo de referência para as demais regiões no globo que buscam maior autonomia dos governos centrais.

Como mencionado no capítulo anterior, o Reino Unido consentiu com a realização do referendo, através de um acordo com a Escócia, denominado Acordo de Edimburgo, o qual ambos concordaram ser um processo adequado para a democracia. Em uma entrevista para o jornal espanhol, *El País*, o primeiro-ministro da Escócia, Alex Salmond, argumenta:

O que está acontecendo na Escócia interessa a muitos países em todo o mundo. Esta é uma celebração da democracia, que acontece de forma consentida, pacífica e totalmente democrática. Este referendo é determinado pelo Acordo de Edimburgo assinado por mim e pelo primeiro-ministro do Reino Unido (David Cameron). Nesta expressão democrática é esperada a participação de 80% da população (que possui o direito de votar)²³.

A independência daria ao Parlamento Escocês o poder de transformar a Escócia em um país que teria os direitos e responsabilidades de um Estado soberano.

A Rainha Elizabeth II optou por não se pronunciar oficialmente sobre o referendo antes de seu resultado, o único e raro comentário neste cenário político foi uma expressão de esperança de que os eleitores irão “pensar cuidadosamente sobre o futuro”²⁴. O primeiro-ministro britânico utilizou o comentário da Rainha para alertar que o voto pela independência acarretará na ruptura definitiva do Reino

²² Pergunta oficial do referendo, recomendada pela Comissão Eleitoral: “*Should Scotland be an independent country?*”.

²³ Trecho da reportagem “Escócia diz à Catalunha que sua separação do Reino Unido foi consenso” (*El País*, 2014:1).

²⁴ Trecho da reportagem “*Scottish independence: the Queen makes rare comment on referendum*” (*The Guardian*, 2012:1).

Unido e emitiu oficialmente um alerta ao referendo: “Esta é uma decisão única e irreversível. Se a Escócia votar sim, o Reino Unido será dividido e iremos seguir caminhos diferentes para sempre”²⁵, lembrando a extrema importância do referendo sobre definição a cerca do futuro da nação.

Neste sentido, como é característico de uma campanha eleitoral, os favoráveis da independência escocesa e os que se contrapõe à separação formaram organizações políticas com a finalidade de esclarecer a população quanto aos interesses de cada grupo. As duas principais campanhas relacionadas ao movimento são: a *Yes Scotland*²⁶, a favor de uma Escócia independente, e a *Better Together*²⁷, favorável à continuidade da união, procurando ressaltar a importância deste vínculo para um Reino Unido fortalecido.

A campanha *Yes Scotland* defende que a Escócia poderia prosperar muito mais sendo um país independente, como podemos entender no seguinte trecho:

*We've got all these strengths: resources, talent, wealth – now the referendum has given us something additional: a new energy, confidence and determination that will serve us well in the early days as an independent nation.*²⁸

Para sustentar este argumento, a campanha enumerou os principais motivos pelos quais os escoceses devem dizer sim à independência: assumir as responsabilidades sobre todas as questões relacionadas à sua região; poder escolher o próprio governo; proibir a construção de armas nucleares; proteger os fundos do petróleo do Mar do Norte; assumindo que a Escócia e a Inglaterra possuem visões políticas e sociais distintas.

Por outro lado, a campanha *Better Together* defende que os escoceses têm muito a ganhar permanecendo no Reino Unido, segundo a seguinte declaração:

*In Britain, in Europe and even in the world as a whole, we are indeed better together not better apart. Nationalism is not the answer to social injustice. For that formal reason, we urge Scots to vote no to independence.*²⁹

²⁵ Trecho do texto “Scottish independence: Full text of David Cameron’s ‘no going back’ speech” (*The Independent*, 2014:1).

²⁶ “Sim, Escócia”. Tradução livre.

²⁷ “Melhor Juntos”. Tradução livre.

²⁸ “Temos todos esses pontos fortes: recursos, talento, riqueza - agora o referendo nos deu algo mais: uma nova energia, confiança e determinação que irá nos servir desde os primeiros dias como uma nação independente” (*Yes Scotland*, 2014). Tradução livre.

²⁹ “Na Grã-Bretanha, na Europa e mesmo no mundo, como um todo, estamos realmente melhor juntos, não separados. O nacionalismo não é a resposta à injustiça social. Por essa razão formal,

Entre os principais argumentos sustentados pela campanha estão o vínculo histórico e a importância da Escócia em permanecer com o Reino Unido para dar continuidade aos projetos do país.

Estas ações se diferenciam devido à questão de seus custos: o referendo não é financiado com dinheiro público, sendo ambas custeadas a partir de doações de particulares, empresas e formadores de opinião pública, assim como demais instituições não públicas. Um bom exemplo a ser seguido por outros países e também em outras campanhas. No período que precedeu o referendo, as duas possuíam endereços eletrônicos onde constavam esclarecimentos quanto ao movimento, estas fontes tiveram grande utilidade para a população que tinha o compromisso de decidir o destino do país através do voto, assim como um excelente material de referência para aqueles que acompanhavam as atividades do movimento externamente.

Apesar do longo período de preparo, a questão da independência da Escócia encontra-se envolta de grandes dificuldades administrativas, tendo em vista seu passado histórico com a Inglaterra e Grã-Bretanha e o atual entrelaçamento de todos com a União Europeia. Estes fatores são, neste caso, uma caracterização da complexidade do movimento escocês e motiva a busca de maior compreensão deste fenômeno. O assunto será abordado sob os aspectos mais relevantes para a compreensão do movimento no âmbito das relações internacionais. Deste modo, para facilitar a explicação, os fatores serão divididos em aspectos políticos e aspectos econômicos.

2.1 ASPECTOS POLÍTICOS

Um dos principais argumentos do referendo pela independência é a possibilidade de assumir a responsabilidade de todos os aspectos políticos de seu país. Conforme a data do referendo se aproxima e o “sim” apresenta uma alta adesão dos escoceses, os principais líderes da Grã-Bretanha se empenham em oferecer à Escócia uma maior autonomia em uma tentativa de evitar a independência do território.

apelamos para os escoceses votarem não à independência” (declaração do jornal *The Guardian* à campanha *Better Together*, 2014). Tradução livre.

Apesar de os escoceses possuírem um parlamento próprio, o Reino Unido dispõe de um poder ativo no Parlamento Escocês. Esta capacidade engloba as questões relativas aos impostos, segurança social e relações exteriores. Já os escoceses possuem poderes mais limitados no Parlamento Britânico, sendo representados por 59 de 650 membros na Câmara dos Comuns (*House of Commons*). O chefe de governo da Escócia é o primeiro-ministro britânico e o chefe de Estado é a monarca britânica, Rainha Elisabeth II, a qual permaneceria nesta posição, independente do resultado do referendo, assim como é no Canadá, Austrália e Nova Zelândia. O governo escocês tem participação nos assuntos do Parlamento Britânico nos temas relacionados às relações internacionais, comércio exterior, defesa nacional, política econômica e monetária, e em demais aspectos sociais.

Mesmo antes do anúncio sobre o referendo, realizado pelo primeiro-ministro escocês, Alex Salmond, os três principais partidos da oposição, os trabalhistas, conservadores e liberais-democratas, os quais se encontram geralmente em discordância, apresentaram-se unânimes na posição de combater o projeto separatista, assim como o primeiro-ministro, David Cameron, que declarou encorajar veemente os escoceses a permanecerem no Reino Unido.

A autonomia política limitada é uma das principais motivações que despertaram o início de um movimento pela total independência. Atualmente, as autoridades locais na Escócia atuam não somente no âmbito das leis aprovadas no Parlamento Escocês, como pelo Parlamento do Reino Unido e o Europeu. Nesse contexto, percebe-se que as questões que envolvem o movimento são múltiplas e bastante intensas, especialmente ao que se refere às organizações internacionais, imigração, cidadania, relações exteriores, defesa e segurança.

2.1.1 UNIÃO EUROPEIA

Devido à participação do Reino Unido em diversas organizações internacionais, é preciso avaliar a posição de um eventual Estado escocês perante tais organismos, especialmente no que se refere à União Europeia, uma questão fundamental na decisão do referendo.

Partindo da premissa de que a Escócia seria um Estado novo, sua participação em organizações internacionais seria efetivada somente após a

aprovação de sua candidatura como um novo membro, enquanto o Estado considerado contínuo permaneceria na sua posição. Conforme a resolução do Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas (1947:40):

1. *As a general rule, it is in conformity with legal principles to presume that a State which is a Member of the organization of the United Nations does not cease to be a Member simply because its Constitution or its frontier have been subjected to changes;*
2. *When a new State is created, whatever may be the territory and the populations which it comprises and whether or no they formed part of a State Member of the United Nations, it cannot under the system of the Charter claim the status of a Member of the United Nations unless it has been formally admitted as such in conformity with the provisions of the Charter.*³⁰

Este mesmo raciocínio seria reiterado em relação às demais organizações internacionais as quais o Reino Unido é integrante, principalmente nas questões relacionadas à União Europeia. O bloco possui grande importância devido à comunidade bastante integrada, com uma forte cooperação econômica, política e social entre os seus países-membros. Além disso, o desenvolvimento de regras comuns e de uma padronização em relação a um grande número de questões, compartilhada pelos países integrantes, facilita significativamente as relações comerciais internas, além de projetar-se entre as maiores economias do mundo.

A apreensão daqueles favoráveis à independência é a incerteza sobre a negociação de sua participação no bloco como um país integrante ou se a independência da região implicaria na requisição de admissão como um membro novo, o que poderia levar anos até ser aceita. Existem argumentos que consideram que a Escócia se tornaria um membro da organização automaticamente, mediante negociações de suas condições entre os membros integrantes, em virtude da autodeterminação dos povos, sendo esta uma alegação contestável, visto que não é negada a autodeterminação interna aos escoceses pelo Reino Unido. Para o atual presidente da Comissão Europeia, o português José Manuel Barroso, haveria resistência para a Escócia ser admitida na União Europeia, visto que esta é uma

³⁰ 1. Como regra geral, está em conformidade com os princípios legais presumir que um Estado que seja membro da Organização das Nações Unidas não deixa de ser um membro, simplesmente porque a sua Constituição ou fronteiras foram submetidas a mudanças;
2. Quando um novo Estado é criado, qualquer que seja o território e a população que o compõe e se eles faziam parte ou não de um Estado-Membro das Nações Unidas, não pode sob o sistema da Carta, reivindicar o status de membro das Nações Unidas, a menos que tenha sido formalmente admitido como tal em conformidade com as disposições da Carta.

questão delicada para o Reino Unido, que provavelmente dificultaria sua entrada no bloco, devido às divergências existentes em sua relação com o novo país.

A preocupação dos escoceses quanto à decisão sobre o futuro da Escócia na União Europeia, sobretudo, diz respeito às isenções ao regime europeu permitidas ao Reino Unido. O que atualmente compreende o controle fronteiriço de imigração, o Acordo de Schengen, uma convenção que abrange 26 países europeus sobre uma política de abertura de fronteiras internas e livre circulação de pessoas entre estes países, no qual tanto os cidadãos da União Europeia, quanto os cidadãos de países terceiros podem circular livremente dentro dos territórios nacionais que abrangem este espaço. No caso da Escócia tornar-se um país independente e de sua participação na União Europeia não estar garantida, os escoceses que vivem em outro país do bloco europeu e demais europeus e cidadãos do Reino Unido que vivem na região estariam com seus direitos e liberdades referentes ao tratado ameaçadas. Consciente deste risco, o governo escocês realizou uma proposta onde, se após a independência o país permanecesse fora do espaço Schengen, faria parte da Área Comum de Viagem (CTA)³¹, um acordo que garante controles mínimos nas regiões constituintes do Reino Unido, garantindo que ao menos na fronteira anglo-escocesa nenhum controle fosse necessário.

No que diz respeito à realização do referendo, no âmbito do direito internacional público, os Estados-membros da União Europeia possuem a capacidade de resolver independentemente se estão dispostos a conceder independência a uma parte de seu território. Esta questão depende estritamente do direito interno do Estado, podendo conceder independência as suas regiões constituintes segundo o seu interesse, independente de órgãos externos. O referendo escocês está precisamente encaixado neste caso, dado que o governo do Reino Unido consentiu com a organização do mesmo.

2.1.2 DEFESA E RELAÇÕES EXTERIORES

Quanto às relações exteriores, a Escócia se compromete com uma firme parceria de cooperação internacional não somente no que diz respeito à União Europeia, como também com outras organizações internacionais, buscando

³¹ Sigla do termo original, em inglês: *Common Travel Area*.

interesses comuns que alavancariam o desenvolvimento do país, sempre com vista em proteger seus cidadãos, interesses e recursos. Se conquistasse a independência, seria estabelecida uma rede de embaixadas e consulados no exterior para que os interesses do novo país fossem representados internacionalmente. Segundo o livro branco do referendo, inicialmente, a rede proposta teria em torno de 70 a 90 missões no exterior e uma estimativa de aproximadamente 100 milhões de libras esterlinas. Uma Escócia independente se propõe em cultivar uma relação estreita e construtiva com o Reino Unido.

Entretanto, ao que tange os assuntos de defesa do país, existem muitas divergências, principalmente quanto à questão nuclear. Atualmente, o programa é composto de quatro submarinos carregados com os mísseis *Trident*, o qual está instalado na Base Naval de Clyde, localizada na costa oeste da Escócia desde a década de 1960. O que torna o sistema britânico de defesa nuclear um tema bastante controverso: o líder do movimento escocês propõe incluir uma proibição à instalação de armas nucleares na constituição da Escócia, enquanto o governo britânico, por sua vez, declara não ter planos de transferir o sistema caso a Escócia vote pela independência e tanto o partido Conservador quanto o Trabalhista anseiam que o sistema atual seja substituído por outro igual, ao final da década de 2020. Alguns analistas acreditam que a independência da Escócia equivaleria a uma "declaração unilateral de desarmamento" britânica. A campanha *Yes Scotland* defende

Devemos parar de construir armas nucleares na Escócia, é antiético e moralmente errado. No Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, o Reino Unido esperava que todos os outros países assinassem este acordo, mas excluiu a si mesmo e continua construindo mais destas armas na Escócia.³²

A pretensão é desmantelar armas nucleares e repassar a maior parte do seu orçamento de defesa do país para ajudar a população, dando continuidade à educação gratuita e ao apoio de assistência à infância. Entretanto, para alguns, o mundo parece mais ameaçador a cada dia e acreditam que, com a construção de armas nucleares, seriam eficientes na proteção contra os seus inimigos externos. O Reino Unido destina parte do orçamento de seus integrantes para uma variedade de armas químicas e biológicas como uma estratégia de segurança nacional.

³² Declaração oficial da campanha *Yes Scotland*, 2014.

Evidentemente, assume-se que os parlamentos possuem visões políticas distintas, mas que cada um prioriza aquilo que lhe parece mais conveniente para a sua segurança e desenvolvimento.

Atualmente, as questões relacionadas à defesa da Escócia são de responsabilidade do governo britânico. Localizada na região escocesa, encontra-se uma série de instalações militares essenciais à estratégia de defesa do Reino Unido, incluindo as diversas instalações pertencentes à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), assim como a Marinha Real e a Força Aérea Real também possuem suas instalações no território escocês. Ademais, um amplo esforço seria realizado para a cooperação social, política e cultural entre a Escócia e o Reino Unido, além de procurar desenvolver uma série de parcerias em serviços e em questões transfronteiriças.

2.2 ASPECTOS ECONÔMICOS

No centro do movimento pela independência, estão os princípios de democracia, prosperidade e justiça. Segundo consta no documento oficial lançado pelo governo escocês, *Futuro da Escócia*³³, entre os principais objetivos desta iniciativa estão: controlar os próprios recursos, tomar as decisões sobre a economia da região e poder determinar como usar a riqueza do país para beneficiar as pessoas da sua população.

A Escócia é possui um grande potencial de crescimento, suas finanças nacionais, nas últimas três décadas, apresentaram estimativas em que esta foi a região que mais contribuiu em impostos *per capita* da população do que o Reino Unido como um todo. Por outro lado, este Estado possui um mercado único onde, entre os seus membros, não há fronteiras, controles aduaneiros, procedimentos administrativos e contábeis relativas à circulação de trabalhadores, mercadorias ou serviços. A moeda e grande parte dos impostos são uniformes para todos os países que o integram e a atividade econômica possui custos mínimos de transação, o que promove a transparência de preços e de concorrência, assim como o uso eficiente de recursos da Escócia, Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte.

³³ *Scotland's Future: Draft Referendum (Scotland) Bill Consultation Paper* (2010).

A seguir, serão abordados os principais aspectos econômicos que compreendem o movimento pela independência escocesa: a moeda a ser utilizada e a divisão de recursos entre a Escócia e as demais regiões do Reino Unido.

2.2.1 MOEDA

A moeda do Reino Unido é a libra esterlina. Mesmo perdendo parte do seu território, esta continuaria a ser a moeda das demais regiões do país, inexistindo a obrigação conjunta com a Escócia na forma de uma união monetária. No âmbito do direito internacional, o ouro e demais recursos que constam no Banco da Inglaterra (*Bank of England*)³⁴, seriam partilhados entre o novo Estado escocês e o restante do Reino Unido, porém o mesmo não é válido para a moeda nacional. Do mesmo modo, se as demais instituições que permanecem sendo totalmente do Reino Unido, como o Banco da Inglaterra e o Parlamento Britânico, que constituem a base sustentadora do Estado Britânico após a desunião, se fossem compartilhadas, descaracterizaria a separação.

Os defensores da independência acreditam que a melhor opção para ambos os países seria manter a libra. Contudo, o governo britânico, como represália ao movimento, passou a ameaçar não permitir que a Escócia continue a utilizar a libra esterlina como unidade monetária, caso a separação venha a acontecer. O presidente do *Banco da Inglaterra*, Mark Carney, pronunciou-se advertindo que uma união monetária sem união política, sem uma união bancária e sem um orçamento comum gera instabilidade:

*The UK Government has made clear that a currency union with an independent Scotland would bring with it significant challenges. (...) Successful currency unions need strong fiscal agreements and a banking union, with common supervisory standards and resolution mechanisms. The negative effects of not having these structures in place have been starkly illustrated by the Eurozone crisis.*³⁵

³⁴ O denominado *Bank of England* possui funções semelhantes às do Banco Central no Brasil.

³⁵ O governo do Reino Unido deixou claro que a união monetária com uma Escócia independente traria consigo desafios significativos. (...) Uniões monetárias bem sucedidas precisam de fortes acordos fiscais e uma união bancária, com padrões comuns de supervisão e mecanismos de resolução. Os efeitos negativos de não ter essas estruturas foram duramente ilustrados pela crise da Zona do Euro. Trecho retirado do texto "*Mark Carney's speech on Scottish independence: Politics live blog*" (*The Guardian*, 2014:1).

Uma união monetária, na qual o controle do banco central britânico seria compartilhado por representantes escoceses e ingleses seria insustentável, de maneira que limitaria os poderes de regulação econômica da Escócia e do Reino Unido. Esta união necessitaria de um alinhamento de políticas econômicas, implicando em uma cessão de soberania de ambas as partes, além de ir de encontro com as divergentes políticas socioeconômicas que a Escócia e o restante do Reino Unido supostamente seguiriam em caso de separação.

Desta forma, os três maiores partidos políticos do Reino Unido declararam que uma união monetária com uma Escócia independente seria incogitável. Assim, o governo britânico, em seu relatório³⁶ sobre a moeda escocesa, apresenta três possíveis alternativas: a adoção da libra esterlina sem uma união monetária, a participação na zona do euro e a adoção de uma moeda própria. Entretanto, vale lembrar que uma moeda que não compartilhada pelo restante do Reino Unido, levaria a maiores riscos de transição, como, por exemplo, obstáculos para o comércio, os quais surgiriam de imediato.

2.2.4 COMÉRCIO

Uma das principais motivações para o Ato de União de 1707, que estabeleceu o Reino Unido, foi o acesso aos mercados. Após o fracasso do regime de Darién, no qual foi investindo boa parte do capital do antigo reino da Escócia para a expansão de seu comércio, o Ato de União trouxe segurança econômica para os escoceses e garantiu as defesas que a Inglaterra buscava, levando a uma forte integração econômica de ambos os países. Esta integração trouxe maior prosperidade no final do século XVIII, enriquecendo a Escócia, seguido do sucesso da revolução industrial, ocorrida no século XIX, que consolidou o mercado único do Reino Unido.

O mercado único possui um papel importante na estabilidade da ilha britânica. Desse modo, um governo escocês independente deveria tentar preservar, na medida do possível, tal mercado. Mesmo mantendo o livre comércio e uma moeda comum, o mercado único britânico poderia ser corroído se o regime regulatório da Escócia independente divergir das demais regiões do Reino Unido. Qualquer redução no comércio e investimento dentro do território britânico após a erosão do

³⁶ *Scotland Analysis: Currency and monetary policy. (HM Government, 2013:69-89).*

mercado único seria sentido no restante do Reino Unido, bem como na Escócia. O diretor-geral da Confederação da Indústria Britânica (CBI), John Cridland, argumenta:

O mercado único é um elemento essencial do Reino Unido e a certeza de que (...) em matéria de impostos, legislação e regulamentação contribui para o crescimento econômico. (...) Sentimos inevitavelmente que se houvessem dois países independentes na ilha (da Grã-Bretanha), haveria uma fragmentação do mercado único. (*UK Parliament*, 2013: cap.2, p.1)

O mercado único do Reino Unido traz diversos benefícios econômicos para a Escócia. Neste sentido, caso se torne um país independente, esta política comercial poderia estagnar. Entretanto, se o país se tornasse membro da União Europeia, como uma Escócia independente pretende, seria novamente aplicável a regulamentação deste mercado, o qual seria um forte incentivo ao comércio entre as nações. A combinação do uso da libra e adesão à UE seria claramente benéfica no sentido de tornar mais provável que a presente relação comercial estreita perdure.

O Reino Unido tem bastante destaque no comércio da Escócia, onde quase metade das suas exportações de petróleo e gás vão para as suas demais regiões. Contudo, mesmo que a economia escocesa esteja fortemente dependente destes materiais, também é um exportador de outros bens e serviços para o mundo. Conforme os dados de 2012 sobre as exportações da Escócia para o Reino Unido e para as demais regiões do globo (gráfico 1, p.38), somam-se 98 bilhões de libras esterlinas, o que torna a Escócia o 34º maior exportador do mundo. Dados que demonstram que não só as exportações de óleo e gás são bastante significativas, como também a importância do mercado dos demais bens na economia escocesa.

Gráfico 1 – Exportações da Escócia (2012)



Fonte: *Scottish Government* (2012)

No âmbito internacional, segundo dados de 2013 levantados pelo governo da Escócia e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), entre os principais importadores de produtos da Escócia, destacam-se, nesta ordem, os Estados Unidos, e a União Europeia, com a Holanda, França, Alemanha e Bélgica. Isto indica que, mesmo excluindo o restante do Reino Unido, a nação escocesa possui significativas relações comerciais com demais países, principalmente com a União Europeia.

Um dos principais objetivos do movimento é atrair investimento substancial de fora da Escócia. Esta é uma área em que a região tem sido bem sucedida sob a devolução. Segundo o professor Gerald Holtham, presidente da Comissão Independente sobre Financiamento e Finanças do País de Gales, isto ocorre, em parte, porque "a Escócia tem um alto grau de reconhecimento internacional"³⁷ (*UK Parliament*, 2013, cap.2, p.1). Em sua opinião, a Escócia seria atraente para os investidores estrangeiros após a independência. Muitas das considerações que afetam as suas perspectivas comerciais também influenciaria, no âmbito de uma Escócia independente, para atrair investimentos, seu sucesso dependerá das decisões de seu próprio governo.

³⁷Trecho retirado da publicação "*Economic Implications for the United Kingdom of Scottish Independence*" (*UK Parliament*, 2013 – *Publications and records*, cap.2, p.1).

2.2.3 RESERVAS PETROLÍFERAS

Os recursos energéticos do Mar do Norte são a base do plano econômico para a Escócia independente proposta pelos separatistas. Durante as décadas de 1970 e 1980, a economia escocesa compartilhava os problemas que afligem muitos países europeus, proveniente da generalizada crise econômica. As mudanças na conjuntura escocesa iniciaram-se quando a economia da Escócia beneficiou-se da exploração do petróleo do Mar do Norte e gás natural. Devido a estes fatores, atualmente, sua economia é bastante estável e corresponde a cerca de cinco por cento das receitas de exportação do Reino Unido. Desde então, seu produto interno bruto (PIB) *per capita* apresenta-se mais elevado se comparado com as outras áreas da ilha britânica.

Embora o governo britânico controle a política macroeconômica da Escócia, incluindo os gastos do governo central, as taxas de juros e questões monetárias, o Parlamento escocês tem poder sobre o desenvolvimento econômico local. Um dos fortes argumentos para a busca pela autonomia total da Escócia é que, sendo um país independente, poderia se beneficiar da maior parte das receitas do petróleo no Mar do Norte, em vez de ter que compartilhar os benefícios com as demais regiões do Reino Unido.

Neste sentido, dois critérios de partilha são possíveis: o primeiro, seguindo as delimitações da plataforma continental, que obedeceria a linha mediana, adotando às normas da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; o segundo seria a reprodução das proporções populacionais correspondentes aos dois Estados. Na primeira hipótese, a porcentagem do recurso que iria para a Escócia é de 90% do petróleo produzido no Mar do Norte, entretanto, na segunda hipótese, o Reino Unido permaneceria com cerca de 90% dos recursos, invertendo as proporções.

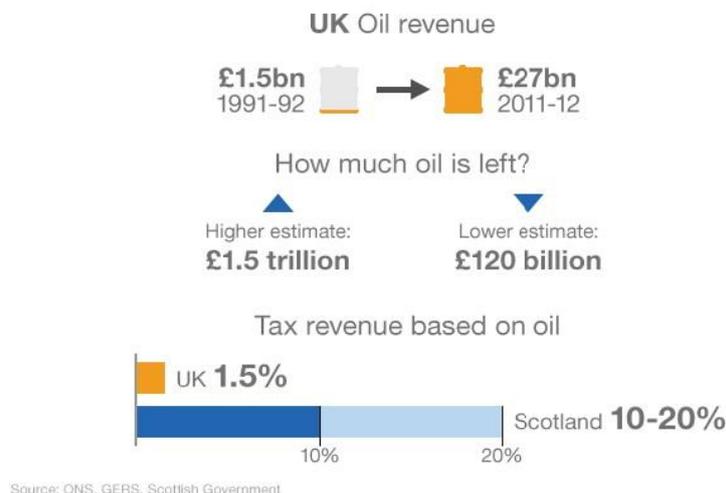
Os favoráveis à independência escocesa argumentam que o governo do Reino Unido tem desperdiçado a maioria das receitas deste petróleo, por não estabelecer um fundo para o dinheiro a ser investido. De acordo com o primeiro-ministro escocês, a Escócia se compromete a criar um fundo a fim de contornar o problema da volatilidade do óleo de ano para ano. O que deve ser considerado é que estas receitas não estão garantidas e são extremamente dependentes do preço do petróleo, o qual é definido através dos mercados mundiais, onde pequenas

reduções de preço exercem grandes oscilações. O que significa que o benefício para a Escócia em manter o petróleo do Mar do Norte varia de acordo com o preço imposto pelo mercado mundial.

A campanha *Better Together* abordou a questão da volatilidade do petróleo, salientando que a demasiada dependência do produto é perigosa se utilizada como principal pilar no desenvolvimento do novo país. O preço do petróleo no futuro é improvável e as estimativas estão sujeitas a grandes margens de erro. Em um país de proporções continentais, como os Estados Unidos, se as receitas do petróleo ficam aquém do esperado, estas podem ter seu efeito diluído por impostos ou por cortes de gastos. Já no caso da Escócia, um país pequeno, se as receitas de petróleo forem menores do que esperado, isto atingiria duramente a economia do país. Em suma, os defensores da permanência escocesa no Reino Unido reinteram que o petróleo gera grandes expectativas em relação ao desenvolvimento na Escócia, porém este não pode garantir tal prosperidade em longo prazo.

Contudo, as perspectivas sobre a indústria de gás e petróleo do Mar do Norte são bastante positivas. A receita do petróleo no Reino Unido (gráfico 2) era, inicialmente, de £1,5 bilhão nos anos de 1991-92, aumentando para £27 bilhões em 2011-12. Estima-se que 10 a 20% da receita tributária de uma Escócia independente seriam baseados nas receitas provindas desse bem, enquanto no Reino Unido esse número seria de 1,5%. Contudo, as previsões relacionadas às reservas de petróleo inexploradas variam constantemente e o Instituto Nacional de Estatística Britânico estima que £120 bilhões no valor do petróleo ainda está para ser explorado.

Gráfico 2 – Receitas de Petróleo no Reino Unido



Fonte: *Scottish Government*. Dados de 2012.

De acordo com os dados apresentados no gráfico 3, o petróleo possui uma grande relevância nas contas nacionais de todo o Reino Unido. Quando comparamos o Produto Interno Bruto (PIB), ou, como chamado em língua inglesa, *Gross Domestic Product* (GDP), britânico e escocês, se as receitas de petróleo estiverem incluídas no PIB, a Escócia tem uma grande vantagem na renda *per capita*, ou seja, são £26,424 para a Escócia e £22,336 para o Reino Unido.

Gráfico 3 – Comparação do Produto Interno Bruto *per capita* entre Reino Unido e Escócia



Fonte: *Scottish Government*. Dados de 2012.

Observa-se que se as receitas de petróleo e gás não forem incluídas, a diferença nos valores diminui consideravelmente e o PIB *per capita* no Reino Unido passa a ter uma vantagem com £20,873, enquanto a Escócia passa a apresentar um valor de £20,571. Por fim, estes dados demonstram a relevância da questão petrolífera como um elemento essencial nesta análise devido ao montante existente e às expectativas de exploração futuras, assim como a sua influência em ambas as economias, visto a oscilação que gera no PIB dos mesmos.

3 O CENÁRIO PÓS-REFERENDO

A Escócia teve uma oportunidade histórica de decidir em um referendo se iria se tornar um país independente ou se continuaria fazendo parte do Reino Unido. Após anos de planejamento e campanhas acirradas que apresentavam os prós e os contras de uma possível separação do Reino Unido, a resposta para a pergunta oficial do referendo “A Escócia deve se tornar um país independente?” foi favorável à continuidade da união.

Um fator que chama atenção nesse processo é a pequena diferença entre os votos a favor da independência e os votos contra. Conforme os dados do resultado do referendo (gráfico 4), levantados pelo governo escocês, uma porcentagem de 55% dos eleitores votaram “não” à instituição de um novo país contra 45% que desejavam que a Escócia fosse o mais novo Estado europeu, em uma eleição com uma participação popular recorde, da qual 84,5% dos escoceses se engajaram. Nenhum outro pleito realizado atingiu uma mobilização e porcentagem de adesão tão expressiva.

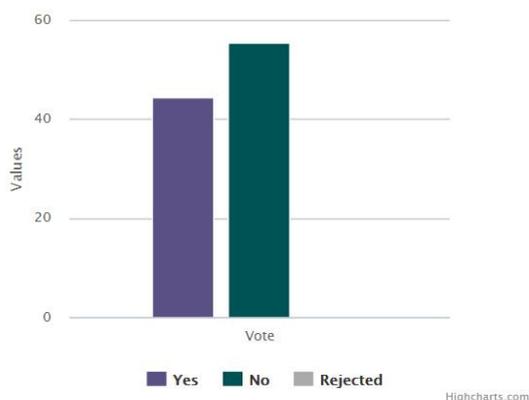
Gráfico 4 – Resultado do Referendo Escocês (2014)

Results

This content will be updated through the night as results come in from the 32 local council areas.

Summary of Votes Cast

As at September 19th 2014 07:03:27



Summary of Votes Cast

Total Electorate	4,283,392
Number of Votes Cast	3,457,366
Turnout (%)	80.71

Should Scotland be an independent country?

As at September 19th 2014 07:03:27

	Votes	Share of Vote (%)
Yes	1,539,920	44.5
No	1,914,187	55.5
Rejected Papers	3,261	0.1
Total	3,457,366	100

Fonte: *Scotland Government* (2014)

Após o resultado do referendo, acredita-se que ocorreu a renovação do sentimento de uma identidade nacional em ser britânico, provocada justamente pela possibilidade de haver uma separação. Uma pesquisa realizada pelo jornal britânico *Sunday Times* apresentou, dez dias antes da decisão do referendo, uma possível vitória favorável à independência escocesa pela primeira vez. Tal verificação despertou a preocupação das autoridades britânicas, que, por sua vez, não mediram esforços para apresentar aos eleitores que o melhor para a Escócia era permanecer junto ao Reino Unido. Nesse sentido, o ex-premiê britânico, Gordon Brown, escocês e popular na região, divulgou um calendário onde o Parlamento da Escócia ganharia mais influência sobre a condução do Reino Unido, no qual os líderes dos três maiores partidos comprometem-se em conceder mais poderes e recursos à Escócia caso seja decidido pela conservação da união, através de uma proposta denominada Fórmula Barnett.

O mecanismo utilizado pelo governo britânico para conceder maior capacidade nos assuntos relativos à Escócia e ao Reino Unido, já foi considerado como uma grande conquista no processo por maior autonomia. Assim como o debate quanto às questões política e econômica, de maneira geral, levaram a repensar sobre a forma como são conduzidos tais aspectos no país. Principalmente no que se refere aos assuntos econômicos, como moeda, petróleo e investimentos, os debates sugerem que os escoceses não estão convencidos de que a independência trará a prosperidade esperada.

O referendo encerrou dois anos de campanha e dá início a um processo de devolução de mais poderes à Escócia. O primeiro-ministro britânico, David Cameron, logo após o anúncio do resultado oficial, reiterou o compromisso do Reino Unido de conceder mais autonomia a região escocesa, através de uma transferência de poderes ao Parlamento escocês já em janeiro de 2015. Enquanto o primeiro-ministro escocês, e líder do movimento pela independência, Alex Salmond, por sua vez, anunciou sua renúncia ao cargo assim que foi dado o resultado, incentivando os escoceses a permanecerem unidos e que as promessas de maiores capacidades ao Parlamento Escocês sejam cumpridas e cobradas pela população.

As campanhas *Yes Scotland* e *Better Together*, de grande importância durante este processo, apresentaram, através de cartas abertas, seu agradecimento pelo engajamento da população escocesa. A campanha favorável à independência incentivou a continuação do movimento, segundo o seguinte trecho:

“We looked back at the campaign and what was achieved, and looked forward to how the momentum of the Yes movement can be maintained and strengthened in the months and years ahead. (...) In accepting the result of the independence referendum, there is a great desire to build on the many positives of the Yes campaign. We know that many local Yes groups are continuing to meet and that the political parties involved in the Yes movement are seeing huge increases in membership. The first task is to ensure that the Westminster parties deliver on the explicit promises made to the people of Scotland about substantial additional powers for the Scottish parliament.”³⁸

Já a campanha contra o movimento separatista, *Better Together*, reforça a importância do comprometimento da população com o futuro da Escócia e do Reino Unido. Aqueles que aprovam a continuidade na união acreditam que fazer parte do Reino Unido seria do interesse nacional da Escócia, argumentando que as influências e benefícios culturais, sociais, políticos, diplomáticos e econômicos usufruídos como parte de uma grande potência compensava a perda da total soberania escocesa, sem comprometer a sua distinta identidade nacional.

3.1 IMPACTOS NO REINO UNIDO

O movimento pela independência na Escócia trouxe diversos impactos para o Reino Unido. O resultado do referendo demonstrou que, mesmo que os escoceses tenham escolhido permanecerem junto ao Reino Unido, mudanças são necessárias para satisfazer estes agentes regionais e manter o país unido. O reconhecimento do primeiro-ministro britânico de que a população da Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte devem ter mais voz sobre seus próprios assuntos foi considerado um

³⁸ Olhamos para trás e vimos o que foi alcançado com a campanha, e aguardamos com expectativa a forma como a dinâmica do movimento *Sim* pode ser mantida e reforçada nos meses e anos vindouros. (...) Ao aceitar o resultado do referendo sobre a independência, há um grande desejo de construir sobre os muitos aspectos positivos da campanha *Sim*. Sabemos que muitos grupos *Sim* locais continuam a cumprir e que os partidos políticos envolvidos no movimento *Sim* estão vendo um enorme aumento no número de membros. A primeira tarefa é garantir que as partes de Westminster irão cumprir as promessas feitas para o povo da Escócia acerca de poderes adicionais para o parlamento escocês.” (Declaração oficial retirada do endereço eletrônico da campanha *Yes Scotland*, 2014:1).

grande avanço que o movimento escocês obteve não somente para si, como também para estas regiões.

A Rainha Elizabeth II, chefe de Estado do Reino Unido, que até o momento não havia realizado um pronunciamento oficial em relação ao referendo da Escócia, fez uma declaração politicamente neutra após o anúncio do resultado:

“After many months of discussion, debate, and careful thought, we now know the outcome of the Referendum, and it is a result that all of us throughout the United Kingdom will respect.

For many in Scotland and elsewhere today, there will be strong feelings and contrasting emotions – among family, friends and neighbours. That, of course, is the nature of the robust democratic tradition we enjoy in this country. But I have no doubt that these emotions will be tempered by an understanding of the feelings of others.

Now, as we move forward, we should remember that despite the range of views that have been expressed, we have in common an enduring love of Scotland, which is one of the things that helps to unite us all. Knowing the people of Scotland as I do, I have no doubt that Scots, like others throughout the United Kingdom, are able to express strongly-held opinions before coming together again in a spirit of mutual respect and support, to work constructively for the future of Scotland and indeed all parts of this country.

My family and I will do all we can to help and support you in this important task.”³⁹

O primeiro-ministro britânico, David Cameron, demonstrando sua satisfação com o resultado, alegou *“it would have broken my heart to see our United Kingdom come to an end and I know that this sentiment was shared not just by people across our country but also around the world”⁴⁰*.

Enquanto o primeiro-ministro escocês, Alex Salmond, declarou *“Scotland has by majority decided not at this stage to become an independent country and I accept that verdict of the people and I call on all Scots to follow suit in accepting the*

³⁹ Depois de muitos meses de discussão, debate e reflexão cuidadosa, agora sabemos o resultado do referendo, e é um resultado que todos nós, em todo o Reino Unido, iremos respeitar. Para muitos na Escócia e em outros lugares, hoje, haverá fortes sentimentos e emoções contrastantes – entre familiares, amigos e vizinhos. Isso, é claro, é a natureza da tradição democrática robusta que desfrutamos neste país. Mas eu não tenho dúvida de que essas emoções serão temperadas por uma compreensão dos sentimentos um dos outros. Agora, à medida que avançamos, devemos lembrar que, apesar da diversidade de opiniões que foram expressas, nós temos em comum um amor duradouro à Escócia, o que é uma das coisas que ajuda a nos unir. Conhecendo o povo da Escócia assim como eu, não tenho dúvida de que os escoceses, assim como outros em todo o Reino Unido, são capazes de expressar opiniões fortemente realizadas antes de se reunirem novamente em um espírito de respeito e apoio mútuo, para trabalhar de forma construtiva para o futuro da Escócia e para todas as partes deste país. Minha família e eu vamos fazer tudo o que pudermos para ajudar e apoiar vocês nesta tarefa importante. (*The Official Website of The British Monarchy*, 2014:1).

⁴⁰ Teria partido meu coração assistir ao nosso Reino Unido chegar ao fim e eu sei que este sentimento é compartilhado não só pelas pessoas do país, como em todo o mundo (tradução livre). Trecho retirado da matéria *“Scottish Referendum: What They’re Saying”* (Sky News, 2014:1).

*democratic verdict of the people of Scotland*⁴¹, demonstrando que considera o movimento uma conquista para o processo democrático e para a participação da população na política. Em uma convocação aos seus apoiantes, Alex Salmond encorajou seus eleitores a refletir sobre o quão longe eles tinham chegado, alegando que jamais imaginaria, quando entrou para a política, que tal coisa poderia ser crível ou possível. Logo após o resultado, o ministro confirmou que deixaria de ser o líder do Partido Nacional Escocês (SNP), declarando “para mim, como líder, meu tempo está quase no fim, mas para a Escócia o sonho continua e nunca morrerá”.⁴²

Para o primeiro-ministro britânico, o resultado do referendo pode ser considerado como uma vitória, uma vez que o Reino Unido perderia parte do seu território durante o seu mandato como chefe de governo. Evidentemente, o discurso de David Cameron está, sobretudo, relacionado aos termos de recuperação de autonomia política em um contexto econômico mais amplo, que envolve a integração nos respectivos esquemas de mercado do continente europeu e da América do Norte.

O impacto do referendo no Reino Unido também apresentou a manifestação das demais regiões do país: na Irlanda do Norte, país que também integra o Reino Unido, o ministro Enda Kenny afirmou que o governo irlandês respeita a decisão da Escócia em permanecer no Reino Unido e chama a atenção para as mudanças em relação à devolução de poderes. O ministro afirma que como vizinhos, amigos e parceiros em aspectos políticos, econômicos, culturais e em demais aspectos, as relações entre a Irlanda e a Grã-Bretanha nunca foram tão fortes como estão atualmente, também reiterando que o Acordo de Belfast de 1998, um grande desenvolvimento político no processo de paz da Irlanda, é um modelo histórico para o desenvolvimento harmonioso e mutuamente benéfico da totalidade das relações entre os povos destas ilhas. Assim como no País de Gales o referendo escocês acarretou em manifestações por maior apoio financeiro para a região, como solicitado pelo primeiro-ministro galês, Carwyn Jones. A proposta do governo britânico é conceder aos governos destas regiões maior poder e representação para situar-se no centro do debate sobre como o Reino Unido deve ser administrado.

⁴¹ A Escócia, por maioria, decidiu não tornar-se um país independente e eu aceito o veredicto do povo, e apelo a todos os escoceses para aceitarem o veredicto democrático do povo da Escócia (tradução livre). Trecho retirado da matéria “*Scottish Referendum: What They’re Saying*” (Sky News, 2014:1).

⁴² Trecho do texto “*Scottish referendum: Salmond to quit after Scots vote No*” (BBC UK, 2014:1).

3.2 IMPACTOS INTERNACIONAIS

A possível independência da Escócia foi assunto em todo o mundo, principalmente próximo à data marcada para a realização do referendo, no segundo semestre de 2014. A decisão por permanecer no Reino Unido foi respeitada pelos diversos países que pronunciaram oficialmente sua posição em relação ao assunto. Representando os interesses da União Europeia, a qual se encontra em meio a diversos movimentos nacionalistas, a Comissão Europeia, declarou que o resultado era favorável para uma Europa unida, livre e forte.

Demais movimentos separatistas acompanharam a trajetória do processo escocês, mesmo que estes possuam particularidades que os tornam diferentes em seu contexto e naquilo que defendem, eles compartilham o objetivo comum pela autonomia. O referendo na Escócia, independentemente do seu resultado, representou para as demais regiões separatistas que estes devem ser autorizados a decidir sobre o seu próprio futuro.

A Catalunha foi a primeira a se manifestar neste sentido. O caso desta região espanhola envolve um movimento de longa data em busca de independência. O que a difere da iniciativa escocesa é a impossibilidade de realizar um referendo de acordo com a lei, pois enquanto na Grã-Bretanha os dois governos entraram em acordo, na Espanha existe uma proibição constitucional de realização de referendos de independência. Um dos representantes do movimento na Catalunha, Artur Mas, descreveu o referendo escocês como um possível modelo para a votação sobre o futuro da região espanhola, pois acredita que o seu povo merecia o mesmo direito de autodeterminação assim como os escoceses tiveram. O movimento tem se fortalecido nos últimos anos devido às dificuldades econômicas enfrentadas pela Espanha e, dessa forma, a Catalunha tem se esforçado para realizar um referendo sobre a independência semelhante ao ocorrido na Escócia.

Também na Espanha, o País Basco, outra região que busca total autonomia, declarou no dia do referendo que, como o governo britânico tinha permitido a Escócia decidir livremente sobre o seu próprio futuro, a responsabilidade do governo basco era de seguir os passos da Escócia a fim de obter um acordo semelhante com a Espanha. Entretanto, a mensagem do primeiro-ministro espanhol, Mariano Rajoy, alegou que os escoceses teriam evitado graves consequências em ter escolhido a

opção mais favorável para si, para todos da Grã-Bretanha e para o restante da Europa, o que demonstra certa resistência à realização do processo exigido por estes movimentos.

No Canadá, o ministro das relações exteriores, John Baird, saudou a decisão e elogiou a realização do referendo. Assim como o primeiro-ministro do Quebec, Philippe Couillard, mencionou que o referendo da Escócia foi um exemplo do mesmo tipo de tensão “saudável” que existe na democracia do Quebec

Este é um exemplo de um estado saudável de tensão nos estados subnacionais em países como o Reino Unido ou Canadá, com um forte sentimento de identidade que eu acho que os escoceses e os quebequenses têm em comum, e, ao mesmo tempo, o desejo de pertencer a uma maior organização política, o Reino Unido ou Canadá.⁴³

O ministro quebequense declarou também que existem comparações limitadas entre a Escócia e a região canadense, onde o movimento pela soberania do Quebec perdeu dois referendos realizados nos anos de 1980 e 1995 sob um diferente contexto. Segundo ele, apesar deste ser um fator relevante no processo escocês, sua campanha não foi totalmente centrada na questão da identidade, como no caso do Quebec, sendo motivada principalmente por questões políticas e econômicas que iniciaram o processo escocês. Ele ainda sugeriu um modelo descentralizado semelhante ao federalismo como um possível modelo para o futuro do Reino Unido.

Os Estados Unidos, um dos maiores parceiros do Reino Unido, se manifestou parabenizando a Escócia pelo seu pleno e enérgico exercício da democracia. O presidente, Barack Obama, saudou o resultado, comunicando que estava ansioso para continuar o relacionamento forte e especial com toda a Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Os impactos da realização do referendo ganharam destaque principalmente devido às questões relacionadas às sub-regiões que existem dentro dos Estados-Nação, um assunto que desperta o interesse de várias nações por suas ocorrências cada vez mais frequentes. Além da questão da renegociação de capacidades no Reino Unido e do petróleo na costa escocesa, a maior reserva encontrada recentemente na União Europeia, que chamou a atenção de diversos países. Os

⁴³ Trecho retirado de “*Philippe Couillard says Quebec-Scotland vote comparisons 'risky'*” (CBC News, 2014:1).

líderes europeus receberam o resultado com alívio por acreditarem que este fator pode diminuir a pressão sobre outras demandas separatistas na Europa. Contudo, o resultado do referendo não possui um fim em si mesmo, mas um movimento que se revelou bastante positivo para o Reino Unido como um todo.

CONCLUSÃO

Nas últimas décadas, muitas mudanças ocorreram no sistema internacional, sobretudo no que se refere à emergência de novos atores. Em decorrência dos impactos da globalização e da complexa interdependência que se estruturou no cenário mundial, os Estados possuem o desafio de lidar com o surgimento de novas demandas a níveis regionais. Dessa forma, para a compreensão das relações internacionais contemporâneas é preciso transcender além da análise que privilegia o Estado-nação, pois enquanto as unidades regionais conseguem lidar mais diretamente com as demandas locais, devido à sua maior aproximação com a administração das particularidades de suas respectivas sociedades, o Estado, muitas vezes, se faz insuficiente em atendê-las, resultando no surgimento dos recentes movimentos de regiões que buscam maior autonomia.

O estudo do movimento pela independência da Escócia possui múltiplos aspectos. Primeiramente, a questão nacional é fundamental para compreender as reivindicações por autonomia amparadas em questões políticas, sociais e culturais. Em movimentos como o escocês, há uma forte relação de identidade com as motivações fundadas nas experiências compartilhadas pela população, consideradas injustas ou não satisfatórias. Depreende-se, dessa forma, que a integração com os conjuntos dominantes comprometem a capacidade destes grupos de alcançar a autodeterminação.

A Escócia compartilha séculos de união com o Reino Unido, entretanto, procura sempre manter sua distinção e identidade cultural. Inicialmente, depreende-se que as motivações que intensificam o movimento são em grande parte nacionalistas, mas este não foi um procedimento estritamente relacionado à identidade do povo escocês e da união histórica de ambos, mas a uma complexa gama de aspectos que atualmente caracterizam a nação, sendo principalmente motivado por questões políticas e econômicas, especialmente sobre o que diz respeito às reservas de petróleo do Mar do Norte como o pilar fundamental para o desenvolvimento de maior autonomia da Escócia em relação ao Reino Unido.

No segundo capítulo deste trabalho, foram abordadas as reivindicações de ambos os lados do movimento, procurando expor as declarações oficiais das campanhas *Better Together*, que defende a permanência da Escócia com o Reino

Unido, e a *Yes Scotland*, favorável à independência. As questões debatidas durante as campanhas levaram a sociedade britânica a se engajar e procurar compreender os principais aspectos que motivaram esta manifestação, o que provavelmente resultará em uma população mais engajada nos debates a cerca das decisões políticas do país nos próximos anos. Os principais tópicos de debate durante as campanhas referiam-se especialmente quanto à participação na União Europeia, às divergências em relação à questão nuclear, à utilização da libra esterlina como moeda oficial escocesa e ao domínio das reservas de petróleo.

A iniciativa apresentou grande repercussão nacional e internacional, abrindo espaço para pensarmos sobre a importância destes movimentos para o conjunto de um país e seus impactos regionais e externos. A tentativa escocesa de conquistar maior participação nas decisões que dizem respeito a sua própria região culminou em um elaborado processo de acordos que resultaram no referendo realizado em setembro de 2014, no qual os escoceses decidiram pela independência da Escócia ou pela permanência no Reino Unido. A partir do seu resultado, conclui-se que o apoio à continuidade desta união continua bastante expressivo, mas não o suficiente para deduzirmos que a pretensão pela independência escocesa teve fim. Pelo contrário, o referendo apresentou um considerável apoio ao movimento, apontando para uma necessidade de mudanças por parte do governo britânico para que continue com uma nação unida.

Diante desta nova conjuntura, um grande esforço para conceder maiores poderes para a Escócia deverá ser realizado. A Grã-Bretanha terá que trabalhar as suas diferenças para chegar a um acordo comum que beneficie mais o seu povo. Neste sentido, o referendo causou o início de uma revolução constitucional em um dos sistemas políticos mais respeitados no mundo e instaurou o debate sobre onde o poder reside no Reino Unido. Este processo revela que a dissolução dessa união de países globalmente difundida, que já completa 300 anos, apresenta desafios e riscos políticos, econômicos e sociais, o que demonstra uma necessidade de adaptações em sua administração.

Nota-se também que, apesar dos esforços dos Estados, estas iniciativas tendem a continuar com uma força considerável, e que, ao mesmo tempo em que demandam por independência, apresentam uma preferência em continuar nos seus respectivos esquemas de integração, devido aos diversos benefícios provenientes desse sistema, como no caso escocês, a União Europeia.

Por fim, o movimento pela independência na Escócia, independentemente do resultado do referendo ter sido uma resposta negativa à total autonomia, é considerado uma conquista devido à concessão de maiores poderes não somente à Escócia, como às demais regiões que compõe o país, impactando significativamente o Reino Unido, assim como na União Europeia. Como um processo em contínua ampliação, o surgimento destes novos atores configura a importância deste estudo para a compreensão das relações internacionais contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Escócia à procura da independência. Jornal Opção, março de 2014. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/colunas/carta-da-europa/a-escocia-a-procurada-independencia>>. Acesso em: 09/11/2014.

A Escócia diz à Catalunha que sua separação do Reino Unido foi “consenso”. El País, setembro de 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/11/internacional/1410421773_188058.html>. Acesso em: 12/11/2014.

A Europa da livre circulação: o espaço Schengen. Comissão Europeia, dezembro de 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/docs/schengen_brochure/schengen_brochure_dr3111126_pt.pdf>. Acesso em: 12/11/2014.

BETTER TOGETHER. Disponível em: <<http://bettertogether.net>>. Acesso em: 10/07/2014.

Catalonia call independence vote despite Scottish ‘no’. Reuters, Setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/09/19/us-spain-catalonia-idUSKBN0HE11T20140919>>. Acesso em: 16/11/2014.

Declaração do Presidente Barroso sobre os resultados do referendo na Escócia. European Union, setembro de 2014. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/press_corner/all_news/news/2014/20140919_01_pt.htm>. Acesso em: 06/11/2014.

Economic Implications for the United Kingdom of Scottish Independence - Economic Affairs. UK Parliament, 2013. Disponível em: <<http://www.publications.parliament.uk/pa/ld201213/ldselect/ldeconaf/152/15204.htm>>. Acesso em: 15/11/2014.

Escoceses se preparam para referendo sobre independência. Opera Mundi, Maio de 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34620/escoceses+se+preparam+para+referendo+sobre+independencia.shtml>>. Acesso em: 10/07/2014.

Escócia: depois do referendo sobre a independência, agora o mais duro, saber quem paga a conta. Diplomattizando, setembro de 2014. Disponível em: <<http://diplomattizando.blogspot.com.br/2014/09/escocia-depois-do-referendo-sobre.html#sthash.kUjX1j4z.dpuf>>. Acesso em: 18/11/2014.

Escócia rejeita em plebiscito separação do Reino Unido. BBC, setembro de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140912_escocia_plebiscito_hb.shtml>. Acesso em: 16/11/2014.

Escócia terá referendo em 2014 sobre independência do Reino Unido. G1, outubro de 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/10/escociatera-referendo-em-2014-sobre-independencia-do-reino-unido.html>>. Acesso em: 14/07/2014.

Escócia vão às urnas sobre independência: cinco questões. BBC, setembro de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140828_escocia_independencia_mv>. Acesso em: 13/11/2014.

Guerra da Independência da Irlanda. Wikipedia, outubro de 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_da_Independ%C3%Aancia_da_Irlanda>. Acesso em: 12/11/2014.

Identity Politics. Stanford Encyclopedia of Philosophy, fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/identity-politics/>>. Acesso em: 16/10/14.

Independence debate: Yes, Scotland?. The Financial Times, fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/2/5b5ec2ca-8a67-11e3-ba54-00144feab7de.html#slide0>>. Acesso em: 07/11/2014.

London's competitive place in the UK and global economies. City of London, janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.cityoflondon.gov.uk/business/economic-research-and-information/research-publications/Pages/londons-competitive-place-uk-and-global-economies.aspx>>. Acesso em: 11/11/2014

O dia em que Westminster e a Europa tremeram. Público, setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/o-dia-em-que-westminster-e-a-europa-tremeram-1670213>>. Acesso em: 05/11/2014.

O Referendo de Independência Escocês e o Direito Internacional – Parte I e II. Núcleo de Estudos Internacionais, fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://neiarçadas.wordpress.com/2014/02/19/refesci/>>. Acesso em: 16/07/2014.

O Separatismo Assusta. Revista IstoÉ, março de 2014. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/353593_O+SEPARATISMO+ASSUSTA>. Acesso em: 17/07/2014.

Philippe Couillard says Quebec-Scotland vote comparisons 'risky'. CBC News, setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.cbc.ca/news/politics/philippe-couillard-says-quebec-scotland-vote-comparisons-risky-1.2771363>>. Acesso em: 16/11/2014.

Plebiscito histórico definirá possível independência da Escócia. BBC, outubro de 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2012/10/121015_escocia_referendo_pai_rn>. Acesso em: 08/11/2014.

Por que a Escócia rejeitou a independência? BBC Brasil, setembro de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140919_escocia_ao_porque_dg>. Acesso em: 15/11/2014.

Reino Unido planeja benefícios para evitar a independência da Escócia. Valor Econômico, setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/3687334/reino-unido-planeja-beneficios-para-evitar-independencia-da-escocia>>. Acesso em: 13/11/2014

Referendo Na Escócia: 300 Anos Depois, A Possível Independência. Revista Fórum Semanal, março de 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/digital/140/referendo-na-escocia-300-anos-depois-possivel-independencia/>>. Acesso em: 14/07/2014.

Scotland. Encyclopaedia Britannica do Brasil. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/529440/Scotland>>. Acesso em: 09/11/2014.

Scotland Analysis: Currency and monetary policy. HM Government, 2013. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/191786/ScotlandAnalysis_acc-1.pdf>. Acesso em: 26/11/2014.

Scotland in Numbers. Village Square, setembro de 2014. Disponível em: <<http://nigeriavillagesquare.com/forum/main-square/81704-scotland-decides-2.html>>. Acesso em: 18/11/2014.

Scotland's Future: your guide to an independent country. Scottish Government, novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.scotland.gov.uk/Resource/0043/00439021.pdf>>. Acesso em: 18/11/2014.

Scots exports would be worth almost £100bn after independence. Financial Times, janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/fff67a62-88fa-11e3-bb5f-00144feab7de.html#axzz3JMchquT1>>. Acesso em: 18/11/2014.

Scottish independence: key figures give their reaction. BBC, setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-scotland-29272198>>. Acesso em: 16/11/2014.

Scottish independence: From oil and the economy to the pound and the Queen, the hot topics driving the referendum debate. The Independent, novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/uk/scottish-independence/scottish-independence-from-oil-and-the-economy-to-the-pound-and-the-queen-the-hot-topics-driving-the-referendum-debate-9732415.html>>. Acesso em: 15/11/2014.

Scottish independence referendum, 2014. Wikipedia, novembro de 2014. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Scottish_independence_referendum,_2014>. Acesso em: 16/11/2014.

Scottish independence: the Queen makes rare comment on referendum. The Guardian, setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/politics/2014/sep/14/scottish-independence-queen-remark-welcomed-no-vote>>. Acesso em: 12/11/2014.

Scottish referendum results: Questions over Alex Salmond's future as Scotland rejects independence. The Independent, setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/uk/scottish-independence/scottish-referendum-results-questions-over-alex-salmonds-future-as-scotland-rejects-independence-9743000.html>>. Acesso em: 19/11/2014.

Scottish referendum: Scotland votes 'No' to independence. BBC, setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-scotland-29270441>>. Acesso em: 16/11/2014.

Together we can make Scotland better. Scottish National Party. Disponível em: <<http://www.snp.org/vision>>. Acesso em: 12/11/2014

The Queen's message following Scotland's referendum. The British Monarchy, setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.royal.gov.uk/LatestNewsandDiary/Speechesandarticles/2014/TheQueensmessagefollowingScotlandsreferendum.aspx>>. Acesso em: 06/11/2014

THE SCOTTISH GOVERNMENT. Scotland's Future: Draft Referendum (Scotland) Bill Consultation Paper. **Choosing Scotland's Future**, Edinburgh, 2010. Disponível em: <<http://www.scotland.gov.uk/Resource/Doc/303348/0095138.pdf>>. Acesso em: 14/07/2014.

THE SCOTTISH PARLIAMENT. **Scottish Independence Referendum Bill.** Disponível em: <http://www.scottish.parliament.uk/S4_Bills/Scottish%20Independence%20Referendum%20Bill/b25s4-introd.pdf>. Acesso em: 12/07/2014.

Timeline: Scotland's road to independence referendum. BBC UK, junho de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-scotland-scotland-politics-20546497>>. Acesso em: 15 de julho de 2014.

United Kingdom. Wikipedia, novembro de 2014. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/United_Kingdom>. Acesso em: 11/11/2014.

United Kingdom, united future: Conclusions of the Scotland analysis programme. United Kingdom government, junho de 2014. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/321369/2902216_ScotlandAnalysis_Conclusion_acc2.pdf>. Acesso em: 18/11/2014.

Why vote NO for Scottish Independence?. Independent Scotland, 2014. Disponível em: <<http://www.independentscotland.org/content/voting-no-for-scottish-independence.htm>>. Acesso em: 13/11/2014.

Why vote YES for Scottish Independence?. Independent Scotland, 2014. Disponível em: <<http://www.independentscotland.org/content/voting-yes-for-scottish-independence.htm>>. Acesso em: 12/11/2014.

YES SCOTLAND. Disponível em: <<http://www.yesscotland.net>>. Acesso em: 10/07/2014.

BAGEHOT, Walter. **The English Constitution**, London: Chapman and Hall, 1867.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

Enciclopédia Mirador Internacional. Encyclopaedia Britannica do Brasil, vol.15, 1983.

HOBBSAWM, E. J., **Nações e Nacionalismo desde 1780**: Programa, mito e realidade, Paz e Terra, 1984.

_____ ; Ranger, Terence (orgs.), **A Invenção das Tradições**, Paz e Terra, 1984.

KEATING, Michael. **Nations against the State**: The New Politics of Nationalism in Quebec, Catalonia and Scotland. New York: St. Martin's Press, 1996.

Paiva, Luciana; Scotelaro, Mariana. **Novos atores no sistema internacional contemporâneo**. Belo Horizonte: Fronteira, 2010.

SMITH, D. Anthony. **Nations and Nationalism in a Global Era**. Cambridge: Polity Press, 1995.

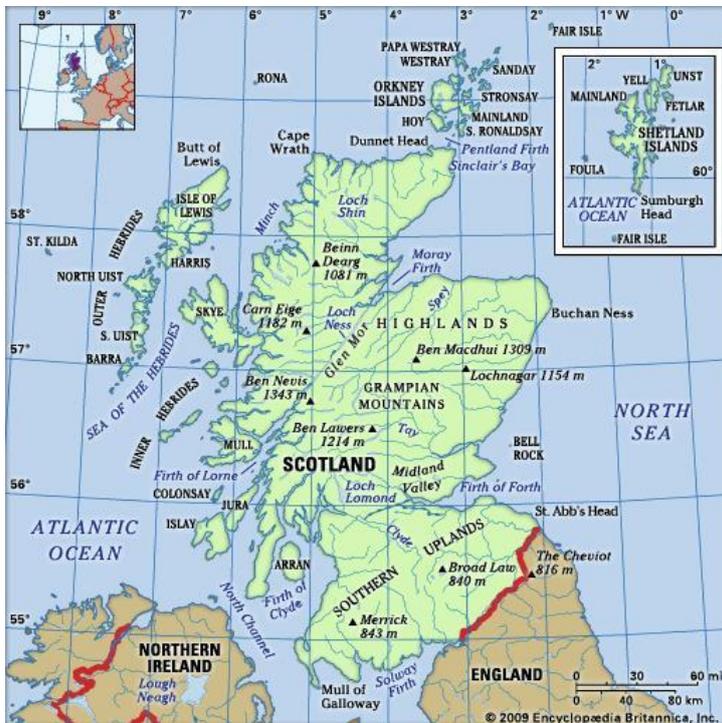
_____. **National Identity and the Idea of European Unity**. International Affairs, vol. 68, n.1, 1992.

TURGEON, Luc. **Interpretar os percursos históricos do Quebec: entre a sociedade global e o espaço regional**. In: GAGNON, Alain-G. (Org.). Estado e Sociedade Quebec. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

WRIGHT, Alex. **Who Governs Scotland?**. Routledge, 2005.

ANEXOS

Figura 1 – Localização da Escócia

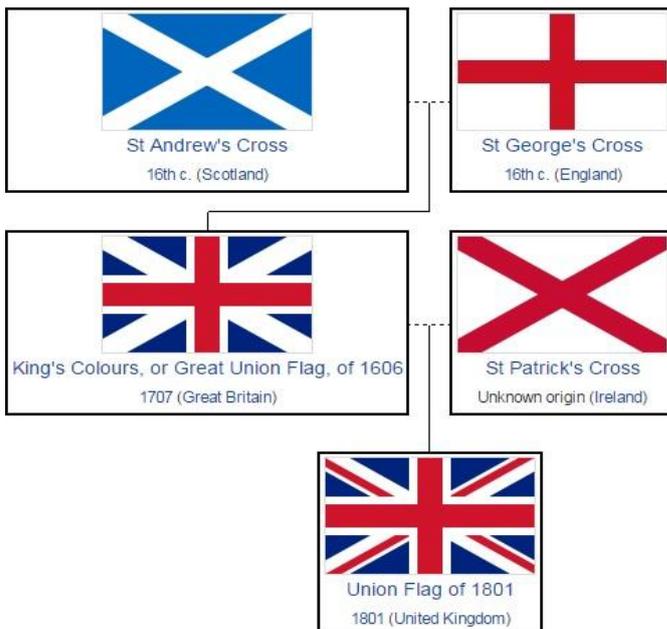


Fonte: ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA.

Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/529440/Scotland>>.

Acesso em: 09/11/2014.

Figura 2 – Bandeira do Reino Unido



Fonte: WIKIPEDIA.

Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Template:Union_Jack_evolution>.

Acesso em: 11/11/2014.